

**A. I. Nº** - 112889.1141/07-5  
**AUTUADO** - R. C. MOREIRA COMERCIAL LTDA.  
**AUTUANTE** - CARLOS RIZÉRIO FILHO  
**ORIGEM** - IFMT SUL  
**INTERNET** - 18/11/2008

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0331-03/08**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO NA PRIMEIRA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA. FARINHA DE TRIGO RECEBIDA APÓS INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA DE TRIGO EM GRÃOS ADQUIRIDO EM ESTADO NÃO SIGNATÁRIO PELO CONTRIBUINTE. Descabe a exigência do imposto pela Fiscalização de trânsito, já que a mercadoria apreendida foi farinha de trigo, e não trigo em grãos, cujo imposto deve ser exigido nos termos do art. 506-A, combinado com o art. 125, VII do RICMS-BA, e cujo pagamento por antecipação alcança as operações subsequentes com o produto farinha de trigo. Representação à autoridade competente para refazimento da ação fiscal. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 30/12/2007, refere-se à exigência de R\$5.357,88 de ICMS, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto por antecipação, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre farinha de trigo adquirida para comercialização, procedente do exterior ou de outra unidade da Federação não signatária do Protocolo ICMS nº 46/00, desde que não possua regime especial. De acordo com a descrição dos fatos, foi constatado recolhimento a menos do ICMS sobre farinha de trigo, conforme descrito na NF 006293, proveniente de unidade da Federação não signatária do Protocolo ICMS 46/00, Termo de Apreensão e Ocorrências às fls. 05/06.

Foram acostados aos autos os seguintes documentos (fls. 07 a 16): CTCR 000652, NFs 006293 e 006292, Guia de Recolhimento do Estado do Paraná, Comprovante de Pagamento no Banco do Brasil, Nota Fiscal do Produtor nºs 000011 e 000012, Documento de Arrecadação Estadual (SEFAZ/BA) e Recibo de Pagamento efetuado no Auto-Atendimento do Banco Bradesco

O autuado, por meio de advogado (procuração à fl. 34), apresentou impugnação (fls. 31 a 33), salientando que a autuação é decorrente da entrada, neste Estado, de farinha de trigo procedente de unidade da Federação não signatária do Protocolo nº 46/00. O defendente diz que na autuação foi utilizada a pauta fiscal prevista na Instrução Normativa nº 23/05. Alega que é exatamente contra a “base de cálculo mínima”, conhecida como “Pauta Fiscal” que se insurge. Diz que, com o objetivo de adquirir farinha de trigo de Estados não signatários do Protocolo 46/00, sem ter que se submeter às exigências da IN 23/05, especificamente o Anexo 1, ajuizou Mandado de Segurança, que foi distribuído à 4ª Vara da Fazenda Pública, e em face dos requisitos ensejadores da medida pleiteada foi deferida a medida liminar (fl. 36), tendo sido determinando que “a impetrada se abstenha de exigir o ICMS calculado com base nos valores arbitrados pelo Anexo 1 da IN 23/05, permitindo à impetrante o pagamento do imposto calculado sobre o preço real das mercadorias”. Por fim, o impugnante diz que “em face de restar-se acobertada por decisão judicial exarada pelo MM Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública” espera e confia que este órgão julgador afaste a presente autuação.

A informação fiscal foi prestada às fls. 41/42, pelo Auditor Silvio Chiarot Souza, com base no art. 127, § 2º do RPAF/99. Discorre inicialmente sobre a autuação e impugnação ao Auto de Infração e diz que o defendente se insurge contra a autuação porque o método de cálculo adotado no presente lançamento teria se baseado na pauta fiscal prevista na IN 23/05, e contra a utilização da mencionada pauta fiscal que o autuado ajuizou mandado de segurança, cujo resultado foi a concessão de liminar. Salienta que a base de cálculo foi formada pela aplicação da MVA e por isso, não procede o argumento defensivo. O Auditor Fiscal que prestou a informação fiscal entende que o procedimento adotado pela fiscalização é inadequado, por se tratar de farinha de trigo industrializada por encomenda, por conta e ordem do adquirente.

De acordo com as fls. 46/48 do presente PAF, foi deferido o pedido de suspensão dos efeitos da liminar concedida no Mandado de Segurança, conforme Decisão da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, publicada no Diário do Poder Judiciário de 04/06/2008.

### VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS em decorrência de recolhimento efetuado a menos, do imposto devido por antecipação tributária na primeira repartição do percurso na Bahia, referente à aquisição de farinha trigo, proveniente do Estado do Paraná, unidade da Federação não signatária do Protocolo nº 46/00.

O contribuinte não questionou a exigência do imposto por antecipação, haja vista que nas razões de defesa, alegou que se insurge contra a base de cálculo, conhecida como “Pauta Fiscal”, argumentando que a empresa adquire farinha de trigo de Estados não signatários do Protocolo 46/00, sem ter que se submeter às exigências da IN 23/05, especificamente o Anexo 1, e por isso, ajuizou Mandado de Segurança, e em face dos requisitos ensejadores da medida pleiteada foi deferido o pedido de liminar.

Consta à fl. 36 do presente processo, a comprovação de que, efetivamente, foi concedida liminar nos seguintes termos: “concedo a liminar requerida para determinar que a impetrante se abstenha de exigir o ICMS calculado com base nos valores arbitrados pelo Anexo I da IN 23/05, permitindo à impetrante o pagamento do imposto calculado sobre o preço real das mercadorias, conforme notas fiscais das operações”.

Vale ressaltar, que foi deferido o pedido de suspensão dos efeitos da liminar concedida no Mandado de Segurança, conforme Decisão da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, publicada no Diário do Poder Judiciário de 04/06/2008.

Verifico que a base de cálculo foi apurada pelos autuantes à fl. 03, com a utilização de margem de valor agregado (MVA) de 76,48% sobre o valor da farinha de trigo e do frete. Neste caso, não houve qualquer desobediência à decisão proferida na citada liminar, concedida em mandado de segurança impetrado pelo autuado.

Foram acostados aos autos os seguintes documentos fiscais, que embasam a ação fiscal:

- a) Nota Fiscal 006293, emitida em 26/11/2007 (fl. 08), emitida pela Consolata Alimentos Ltda., constando como destinatário o autuado; no campo natureza da operação, a informação “Valor Agregado”; e no corpo do documento fiscal a observação de que se trata de prestação de serviço de industrialização do trigo. Produto resultante: Farinha de trigo industrial tipo 2 sc 50 kg, referente à Nota Fiscal 6292 da Consolata Alimentos Ltda. Valor total dos produtos: R\$1.760,00.
- b) Nota Fiscal 006292, emitida em 26/11/2007 (fl. 10) emitida pela Consolata Alimentos Ltda., constando como destinatário o autuado, e no corpo do documento fiscal a observação de que se trata de retorno simbólico de insumos recebidos para industrialização referente à Nota Fiscal de Produtor nº 12 do dia 16/11/2007, no valor de R\$23.428,63.

- c) Nota Fiscal de Produtor nº 000012, emitida em 16/11/2007 (fl. 14) referente a trigo, tendo como destinatária a Consolata Alimentos Ltda., e como natureza da operação “Rem. p/ Ind. Por Conta”. Total da Nota: R\$23.428,63.

Saliento que, em se tratando de recebimento de farinha de trigo de unidade da Federação não signatária do Protocolo ICMS nº 46/00, a antecipação do ICMS é prevista no art. 506-A, do RICMS/97:

*“Art. 506-A. Fica atribuída ao contribuinte que receber, a qualquer título, trigo em grão, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo, do exterior ou de unidade da Federação não signatária do Protocolo ICMS nº 46/00, a responsabilidade pela antecipação do lançamento do ICMS relativo:*

*I - às operações subseqüentes com as mercadorias supramencionadas;*

*II - às operações promovidas pelos estabelecimentos industriais de panificação, massas alimentícias, biscoitos e bolachas, com produtos elaborados com farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo objeto da antecipação tributária de que cuida o inciso anterior.*

*(...)*

*§ 2º A base de cálculo referente à antecipação tributária de que cuida este artigo corresponderá:*

*I - tratando-se de recebimento de trigo em grão, ao valor total de aquisição ou de recebimento das mercadorias, adicionado dos impostos federais quando incidentes e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao destinatário até o momento do ingresso em seu estabelecimento, acrescido da margem de valor adicionado de 94,12% (noventa e quatro inteiros e doze centésimos por cento);*

*II - tratando-se de recebimento de farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo, o valor da operação própria realizada pelo remetente ou fornecedor, acrescido dos valores correspondentes a seguros, fretes, carretos, IPI e outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente, adicionando-se ao montante a margem de valor adicionado (MVA) de 76,48% (setenta e seis inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), desde que este não seja inferior aos valores mínimos da base de cálculo fixados pela Secretaria da Fazenda, por unidade de medida, definida com base no Protocolo ICMS nº 26/92.*

Conforme se verifica da leitura dos dispositivos regulamentares acima reproduzidos, o contribuinte que receber trigo em grãos, a qualquer título, incluindo-se o recebimento simbólico, como no caso em exame, será o responsável pelo pagamento do imposto devido, por antecipação, e esta alcançará as operações subseqüentes com a mesma mercadoria e a dela resultante.

Quanto à base de cálculo para o trigo em grãos, será o valor da sua aquisição ou do seu recebimento, acrescido dos tributos e demais despesas cobradas ou debitadas ao destinatário, acrescido da margem de valor adicionado de 94,12%, e o imposto deverá ser recolhido na primeira repartição fiscal de entrada no Estado.

Conforme o Demonstrativo de Débito à fl. 05, foi calculado o imposto sobre a farinha de trigo, indicando a NF 6293, sendo considerado na apuração da base de cálculo o valor constante na mencionada Nota Fiscal adicionado ao valor da NF 6292, ou seja, a soma das duas notas fiscais, incluindo, ainda, as despesas de frete, no valor de R\$6.000,00, conforme CTCR 00652 à fl. 07, constando no mencionado Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC), os

números das duas Notas Fiscais, 6292 e 6293, e como natureza da mercadoria transportada, “farinha”, ficando confirmado que a mesma ingressou no Estado da Bahia.

Neste caso, está comprovado que o objeto da apreensão não foi trigo em grãos, mas farinha de trigo, resultante da industrialização do trigo pela empresa Consolata Alimentos Ltda., estabelecida no Paraná, por conta e ordem do autuado, conforme as Notas Fiscais acostadas ao presente processo, estando também comprovado que esse trigo foi adquirido de produtor rural estabelecido no Estado do Paraná, e remetido para industrialização por conta e ordem, conforme NF 000012 acostada à fl.14 dos autos.

Pelo que consta dos autos, concluo que não cabe a cobrança do ICMS sobre o produto farinha de trigo, derivado do processamento do trigo adquirido pelo autuado e remetido para industrialização, considerando que é devido o imposto sobre a aquisição do trigo em grãos, cabendo à Fiscalização do Comércio, e não à Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, a cobrança do imposto sobre o trigo em grãos, tendo em vista que não foi este o produto que estava transitando e que foi objeto da apreensão neste Estado. Assim, ficou caracterizado que na operação realizada com trigo em grãos, cabe à fiscalização substituir os documentos fiscais e enviá-los para uma posterior auditoria no estabelecimento, uma vez que a operação foi efetuada com o trigo já transformado em farinha de trigo.

Vale ressaltar, que este posicionamento tem sido adotado pela Câmara de Julgamento Fiscal deste CONSEF, a exemplo dos Acórdãos CJF Nºs 0217-11/08, 0218-11/08, 0220-11/08 E 0225-11/08.

Concluo que é nula a exigência do imposto no presente Auto de Infração, e represento à autoridade competente para refazimento da ação fiscal pela fiscalização de estabelecimentos.

Face ao exposto, voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº **112889.1141/07-5**, lavrado contra **R. C. MOREIRA COMERCIAL LTDA.**

Representa-se à autoridade competente para refazimento da ação fiscal pela fiscalização de estabelecimentos.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de novembro de 2008

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR